

# A CADEIA PRODUTIVA DO UMBU: ENTRE O ASSISTENCIALISMO E A AUTONOMIA

## *THE UMBU PRODUCTION CHAIN: BETWEEN WELFARE DEPENDENCY AND AUTONOMY*

Thiago Costa Ferreira<sup>1\*</sup>

### Resumo:

O umbuzeiro (*Spondias tuberosa* Arruda), espécie emblemática do semiárido, mantém uma cadeia produtiva essencialmente extrativista e pouco tecnificada, que serve como amortecedor econômico para populações rurais, mas as confina à coleta de frutos *in natura*, com baixa remuneração. Apesar do crescimento de produtos processados, a agregação de valor local permanece limitada, reproduzindo uma dinâmica comparável à histórica "Indústria da Seca", na qual a dependência e o assistencialismo impedem a autonomia socioeconômica. O contraste com a trajetória de sucesso do açaí evidencia o potencial inexplorado do umbu como produto nacional. Para romper esse ciclo, é fundamental transcender políticas focadas apenas na compra da produção e investir em um projeto estruturante. Isso inclui pesquisa para melhoramento genético e cultivo resiliente, fomento a agroindústrias locais com capacitação e acesso a mercados, e a universalização da gestão autônoma da água. O futuro do umbu, portanto, simboliza uma encruzilhada para o semiárido: continuar na economia da escassez ou se transformar, por meio de inovação e políticas públicas assertivas, em um modelo de desenvolvimento territorial sustentável e autônomo.

**Palavras-chave:** Política pública; Caatinga; Semiárido.

### Abstract:

The umbu tree (*Spondias tuberosa* Arruda) is an emblematic species of the Brazilian semi-arid region. Its production chain remains largely extractive, with limited commercial cultivation and low adoption of improved genetics, confining rural populations to seasonal income from selling fresh fruit. While processed products are gaining market share, value addition is fragmented and local communities see little benefit. This dynamic perpetuates a cycle of dependency reminiscent of the historical "Drought Industry," where emergency measures override long-term structural

---

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais; Centro de Saúde e Tecnologia Rural; Universidade Federal de Campina Grande; Universidade Estadual Paulista; Av. Universitária, s/n - Santa Cecília, 58708-110 Patos – PB. \*professor.thiagoferreiral@gmail.com

development. The contrast with the successful national trajectory of açaí highlights the umbu's untapped potential. Both are native fruits initially exploited through traditional extractivism, yet açaí evolved into a globally recognized product through integrated production, processing, and marketing chains. Shifting this paradigm requires moving beyond policies focused solely on purchasing raw materials (e.g., government food procurement programs) towards a comprehensive strategy for productive autonomy. Key pillars include: strengthening research on genetic improvement, resilient cultivation, and irrigation techniques to increase yield stability; promoting local agro-processing industries with technical training and access to formal markets; and universalizing autonomous water management systems on farms to build resilience. The central question is not drought as a natural phenomenon, but the political project chosen to address it. The future of the umbu whether it remains in assisted extractivism or becomes a sustainable, territorialized agro-industry will be a clear indicator of whether the semi-arid region chooses a path of innovation and resilience or remains trapped in an economy of scarcity.

**Keywords:** Public policy; Caatinga Forest; Brazilian Semiarid.

O umbuzeiro (*Spondias tuberosa* Arruda) é uma das espécies mais emblemáticas do semiárido brasileiro. Nativa desse bioma, de caráter perene e com frutificação concentrada no início do período chuvoso, a espécie cumpre historicamente o papel de alimentação, tanto para a fauna quanto para as populações humanas. Apesar de sua relevância ecológica e sociocultural, a cadeia produtiva do umbu permanece marcada, em grande medida, por práticas extrativistas, com raros plantios comerciais e baixa incorporação de genética melhorada na região (Cunha, 2025).

Nesse contexto, populações rurais do semiárido utilizam o umbu como fonte de renda sazonal, abastecendo sobretudo mercados regionais com frutos que são comercializados *in natura* (Araújo, 2016). Em anos de estiagens mais severas, esta espécie é descrita como um verdadeiro amortecedor econômico, garantindo renda mínima a diversos grupos da sociedade nordestina. Portanto, não são raras as imagens de caminhões carregados de frutos saindo do interior do Nordeste para suprir centros urbanos, reforçando assim sua importância estratégica. Mesmo assim, como destaca Araújo (2024), persiste um gargalo estrutural: pequenos agricultores atuam majoritariamente como coletores, sendo estes submetidos a trabalho físico intenso e de baixa remuneração, com escasso acesso aos ganhos mais expressivos da cadeia.

Paralelamente, observa-se um crescimento no desenvolvimento de tecnologias voltadas ao aproveitamento agroindustrial do umbu, especialmente no interior do Nordeste. Produtos processados têm ampliado sua presença em mercados nacionais, inclusive no Sudeste, impulsionados em parte pela migração nordestina e pela valorização de alimentos regionais (Araújo, 2016). Contudo, essa expansão ocorre de forma fragmentada e desigual.

À luz do debate histórico sobre a chamada "Indústria da Seca", conceito que denuncia políticas baseadas em frentes de trabalho e assistencialismo cíclico, sem a devida promoção da autonomia socioeconômica (Santos *et al.*, 2023) impõe-se um

questionamento incômodo: a cadeia produtiva do umbu, mesmo em sua forma atual, não estaria reproduzindo uma versão modernizada desse modelo? A dependência do extrativismo, a baixa agregação de valor local e a fragilidade das políticas estruturantes sugerem que esse risco permanece presente.

A literatura e a observação empírica indicam que a trajetória do umbu ainda se ancora em um extrativismo familiar pouco tecnificado, situado no limiar de um modelo assistencialista, marcado por dependência econômica, limitada autonomia decisória e carências persistentes em políticas públicas, especialmente no que se refere à segurança hídrica e ao fortalecimento produtivo (Cunha, 2025).

Esse quadro, contudo, não deve obscurecer o potencial estratégico do umbu como produto nacional. A comparação com o açaí (*Euterpe spp.*) é inevitável. Durante décadas restritas às populações tradicionais da Amazônia, o açaí transformou-se em um dos principais produtos florestais não madeireiros do país, reconhecido nacional e internacionalmente por seu valor nutricional e versatilidade. Seu sucesso está associado a uma complexa rede de produção, beneficiamento e consumo, frequentemente dissociada geograficamente das áreas de coleta, mas integrada por uma cadeia que distribui ganhos e amplia mercados (Silva; Lasmar, 2025).

Diante disso, emerge o paradoxo: qual seria em termos atuais a importância nacional do umbu? E porque o nicho ocupado pelo açaí não poderia, em outro momento histórico, ter sido preenchido pelo umbu? Ambas são frutas nativas, sazonais, exploradas majoritariamente por comunidades marginalizadas e, por muito tempo, submetidas ao extrativismo como principal forma de uso econômico. A popularização do umbu em escala nacional ainda é limitada, assim como são escassas as políticas públicas federais voltadas especificamente à sua cadeia produtiva. Paradoxalmente, o umbu sempre foi um alimento estratégico nos períodos mais difíceis da história sertaneja, que garantia a sobrevivência em tempos de escassez. A monetização desse valor, contudo, deu origem a uma cadeia complexa, na qual programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tiveram papel relevante ao criar mercados locais e gerar renda para milhares de famílias extrativistas.

Esse modelo, aparentemente virtuoso, com o Estado atuando como indutor ao garantir preço e escoamento para um produto da sociobiodiversidade tem sido relatado como insuficiente para romper com estruturas históricas de dependência. A superação desse ciclo passa, necessariamente, pelo investimento em ciência, tecnologia e infraestrutura local e não apenas pela compra da matéria-prima (Cunha, 2025).

Isso implica em fortalecer a pesquisa e a extensão rural, com o desenvolvimento de técnicas de cultivo, projetos de irrigação e melhoramento genético do umbuzeiro, para que se possa ampliar produtividade e regularidade das safras, reduzindo a dependência da pluviosidade (Bianchini; Bianchini; Rebeca, 2021). Esta cadeia de produção exige políticas voltadas à agregação de valor local, com estímulo à instalação de pequenas e médias agroindústrias nas próprias comunidades produtoras, associadas à capacitação técnica e ao acesso a mercados formais (Cunha, 2025). Soma-se a isso a necessidade urgente de universalizar sistemas autônomos de gestão agrária, transformando cada propriedade rural em uma unidade produtiva resiliente e não em um ponto permanente de demanda por ações emergenciais (Santos *et al.*, 2023).

A questão central, portanto, não é se a seca é um fenômeno natural ou um projeto político, mas um evento climático real (Bianchini; Bianchini; Rebeca, 2021). O verdadeiro debate reside no projeto político escolhido para enfrentá-la como aquele que perpetua a dependência e a economia da escassez, de vários sentidos, que inclusive subutiliza produtos como o umbu ao grande público (Cunha, 2025).

Finalmente, a cadeia produtiva do umbu sintetiza essa encruzilhada histórica. Seu futuro, pelo que está posto na literatura, estaria designado a dois caminhos: ao caminho do extrativismo assistido ou a ser consolidado como uma agroindústria sustentável, autônoma e territorializada. Este último caminho poderia indicar novos rumos políticos e sociais no semiárido brasileiro, com a possibilidade de inclusão de políticas públicas e mudanças de mentalidade em relação aos processos de produção e favorecimento dos atores que compõem ao o mercado de produção-consumo do umbu (Santos *et al.*, 2023; Cunha, 2025).

### **Agradecimentos**

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais da Universidade Federal de Campina Grande. Esta pesquisa foi financiada com recursos do edital nº 2025/235, de 01/03/2025, da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ-PB).

### **Referências**

ARAÚJO, José Lincoln Pinheiro. Mercados. In: DRUMOND, Marcos Antonio et al. (Ed.). Umbuzeiro: avanços e perspectivas. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2016. cap. 11, p. 193-210. Disponível em:

<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1046431/1/UMBUZEIRO-avancos-perspectivas-ed01-2016.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2024.

ARAÚJO, Vaneilson da Silva. **Aspectos produtivos e desafios do umbuzeiro no Seridó oriental**. 2024. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal da Paraíba, Areia, 2024. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/30456/1/VSA20062024%20-%20MA1290.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BIANCHINI, Fabrício; BIANCHINI, Paola Cortês; BARRETO, Rebeca M. F. Cadeia produtiva da sociobiodiversidade do umbú. In: **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças**. São Paulo: SBPC, 2021. p. 567-578. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/353829589\\_Cadeia\\_produtiva\\_da\\_sociobiodiversidade\\_do\\_umbu](https://www.researchgate.net/publication/353829589_Cadeia_produtiva_da_sociobiodiversidade_do_umbu). Acesso em: 11 jan. 2026.

CUNHA, Ana Cristina Elias da. **Potencial nutricional e tecnológico do umbu (*Spondias tuberosa* Arruda) no desenvolvimento de novos produtos alimentícios: um estudo de revisão**. 2025. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Santa Cruz, RN, 2025. Disponível em:

<https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/cledcd12-00a3-4477-aab6-8b1b70ecd9c3/content>. Acesso em: 11 jan. 2026.

SANTOS, Kezia Andrade et al. Políticas públicas no semiárido brasileiro: do combate à convivência com a seca. **Geo UERJ**, n. 42, p. e666666-e666666, 2023.

SILVA, Willians Antonio Malveira; LASMAR, Dimas José. Contribuição da biotecnologia na logística da cadeia produtiva do açaí de Codajás e suas externalidades. **Observatório de la economía latinoamericana**, v. 23, n. 10, p. e11738-e11738, 2025.

Recebido em: 12/01/2026

Aprovado em: 15/01/2026

Publicado em: 20/01/2026